

THOMAS THOMPSON E O MINIMALISMO: NOVO PARADIGMA OU POSITIVISMO REVISITADO?

André Szczawlińska Muceniecks¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão do método e pressupostos históricos na obra de Thomas Thompson, expoente da corrente chamada pejorativamente de Minimalismo, no campo da História e Arqueologia Bíblicas. Analisa as alegações de Novo Paradigma efetuadas pelo mesmo, contrastando-as com as escolas históricas e arqueológicas envolvidas. Por fim, conclui com a constatação da similaridade metodológica e conceitual entre minimalistas e maximalistas e a inadequação do conceito de “Novo Paradigma” para a obra de Thompson.

Palavras-chaves: Teoria da História; Historiografia; Teoria Arqueológica.

ABSTRACT

This article shows a discussion of methods and historical concepts in the Thomas Thompson's workmanship, exponent of the school called by its detractors as "Minimalism", in the fields of Biblical History and Archaeology. It analyzes allegations that these views consist in a "New Paradigm", by contrasting it with the involved Historical and Archaeological schools. Overall, it concludes with the statement of the methodological and conceptual similarities between minimalists and maximalists, as well as the inadequacy of the "New paradigm" concept, when applied to the Thompson's work.

Keywords: Theory of History; Historiography; Archaeological Theory.

Introdução e problemática: Thompson e o minimalismo

A partir de 1970, mas de forma mais intensa após 1990-2000, Thomas Thompson, em conjunto com Keith Whitelam, Niels Peter Lemche e Philip Davies, desenvolveu uma escola interpretativa bíblica bastante diversa dos estudos bíblicos até então. Dentre outras especificidades, a forma hermenêutica defendida por tais autores estripava o texto bíblico de toda validade e historicidade.

Paulatinamente, período após período narrado na Bíblia passaria a ser considerado como construção literária. Elaboraões datadas cada vez em períodos mais recentes, no retorno do cativeiro babilônico ao período dos Macabeus, e mesmo durante a escrita da Septuaginta.

Obviamente, tais ideias não foram aceitas sem oposição, muitas vezes acirradas. Os oponentes a esta linha de pensamento passaram a chamá-la de “minimalismo”, enfatizando o papel mínimo que tais autores davam ao texto bíblico em relação à informação arqueológica.

Thompson e os seus, bem como autores não fisicamente ligados à Escola de Copenhague, mas a ela conectados ideologicamente – como o arqueólogo israelita Israel Finkelstein – apresentam tal construção do conhecimento como os estudos mais recentes, atualizados, “de ponta” – em suma, a historiografia mais bem-informada e recente – aqui, quase que se definindo a maior proximidade com o presente como sua característica mais validadora. É igualmente frequente apresentarem suas contribuições aos estudos bíblicos como “mudanças de paradigma”.

Um leitor mais afinado com o pensamento histórico e filosófico contemporâneo, entretanto, irá notar que, a despeito do discurso de novidade, de pesquisa mais recente, de novo paradigma, o alinhamento dos minimalistas com os conceitos presentes dominantes e/ou mais recentes na historiografia e filosofia - e mesmo na Arqueologia - está longe de ser uma realidade. Os conceitos centralizados em realidades objetivas, “prova” (*evidence*), “historicidade”, dão continuidade evidente a pressupostos de Leopold Von Ranke e o positivismo germânico do século XIX, a ser discutido mais adiante.

Pelas impossibilidades que Thompson aponta na escrita histórica baseada no texto bíblico, a Arqueologia recebe uma função de destaque, de explicar o que não seria passível, segundo a visão minimalista, de ser explicado com o uso do texto escrito. Entretanto, a ausência de formação arqueológica

dos próprios Thompson, Lemche e Grabbe conduziu-os a outra modalidade de problemas e dificuldades em sua busca pela cientificidade. Dentre elas, a necessidade de recorrerem a “autoridades” na Arqueologia, o que acaba desembocando em outro tipo de subjetividade, a saber: o recorrer a uma tradição, ainda que supostamente representante de um novo paradigma. No caso específico discutido, a corrente de pensamento arqueológico de influência no minimalismo possui matizes consideráveis da chamada escola “processualista” ou “positivista”.

Dados tais problemas, efetuaremos uma análise inicial das escolas de pensamento - tanto históricas quanto arqueológicas - envolvidas na discussão, após o que partiremos para uma análise mais empírica de trechos selecionados da obra de Thompson, a fim de ponderar se suas afirmações ao se tratar de um expositor de novos paradigmas, é de fato, válida, ou trata-se apenas de uma construção retórica de cunho legitimador de seu próprio discurso.

Não entraremos no mérito da validade maior ou menor do “último”, ou do mais recente paradigma de pensamento, dadas as bem conhecidas limitações e modificações dos paradigmas com o decorrer dos tempos. Antes, efetuaremos uma análise da coerência metodológica e teórica das ideias de Thompson, contrapondo-os com a validade das posições interpretativas mais ortodoxas, “maximalistas”.

Para tanto, efetuaremos breve panorama dos paradigmas históricos e arqueológicos envolvidos, focando após isso nossa análise na obra “*The Mythic Past*” de Thomas Thompson.

Os paradigmas históricos

O paradigma histórico positivista¹

A personificação do paradigma história positivista é dada na pessoa de Leopold Von Ranke. Para Ranke (1795-1886), a questão que deveria ser respondida pelo historiador era “*wie es eigentlich gewesen*”, “o que de fato ocorreu” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 110).

Ranke definiu muitos dos parâmetros a serem seguidos pelos historiadores da posteridade. No prólogo e no apêndice final de sua publicação, “História dos povos românicos e germânicos”, em 1824, Ranke deu início a uma História crítica, profissionalizada e de ambição científica (ARÓSTEGUI, 2006,

p. 103). Algumas de suas diretivas, em particular, a centralidade no estudo das fontes, que acabou por direcionar os historiadores a uma tendência fortemente empiricista, constituem-se ainda no procedimento padrão do historiador.

O empirismo de Ranke, entretanto, não se limitava a uma mera centralidade nas fontes. Para ele, o emprego da objetividade e a busca dos “fatos” nas fontes primárias possibilitaria que o historiador relatasse de forma plenamente objetiva o que “de fato aconteceu”. Deriva daí o conceito de “historicidade” de determinado evento.

Outro aspecto importante do empirismo de Ranke é a desconsideração total por ideias gerais explicativas, em particular a Filosofia da História de Hegel e conceitos como o *Zeitgeist*. Para ele, tais formas filosóficas ignorariam a agência humana na História. Seus métodos e preceitos desembocarão no Historicismo alemão, e na primazia à História Política em relação à História Cultural, considerada por ele como amadorística (BURKE, 2008, p. 17).

As acusações e maiores oposições feitas a Ranke são diversas, contudo, alguns aspectos de sua teoria historiográfica, como já afirmamos, ainda perduram entre muitos historiadores. Outras de suas práticas são consideradas ultrapassadas; algumas, como a história política, abandonada pela geração de Braudel, seriam revisitadas pelos historiadores da “Nova História Política”.

Fernand Braudel (1902-1985), historiador emblemático na Escola dos Annales, enfatizaria a História Econômica, as longas durações, em detrimento à curta duração e à *“histoire événementielle”* – a História dos eventos. Em suma, rejeitaria a historiografia do “fato histórico” (ARÓSTEGUI, p. 147, 310s). Para Braudel, a despeito do interesse humano que a história dos eventos possa despertar, ela seria a mais superficial (BURKE, 1997: 47).

Edward Hallet Carr (1892-1982), anti-empirista, de certa forma marxista britânico, faz particular crítica a Ranke na constatação de que seu empirismo acaba por tornar-se ingênuo. Carr questiona o conceito de “fato histórico” e, ainda que não apresente uma solução à questão, traz à tona o elemento-chave à discussão: “quando empreendemos uma obra de história, nosso primeiro interesse não deve estar nos fatos que contém, mas no historiador que a escreveu”.

A história em crise: o(?) paradigma histórico pós-modernista

Os paradigmas históricos sofreram consideráveis alterações na Pós-modernidade. Como Barstad (1997, p.40) salienta, a despeito das grandes diferenças existentes entre as metodologias dos positivistas alemães e a Escola dos Annales francesa, ambas partilham do pressuposto de que a tarefa do historiador é compreender o passado.

Autores emblemáticos da Pós-modernidade como Ricouer, Derrida, Baudrillard e Foucault, dentre outros, questionam tais pressupostos, e a própria possibilidade de tal compreensão, alguns inclusive negando-a. É a chamada “crise hermenêutica”.

A questão primordial que entra em jogo é a existência de um objeto chamado “passado”. À medida que tal objeto não existe, a objetividade tornaria-se, portanto, impossível, assim como a escrita da História.

Soma-se a este contexto a chamada “virada linguística”, ligada a nomes como Derrida, Deleuze e Barthes, que defendem o caráter autônomo do texto afirmando que este não reflete nenhuma realidade objetiva fora dele mesmo. Desta forma, tais autores vão defender a impossibilidade de se chegar ao significado original intencionado pelo autor do texto.

Da mesma forma, os historiadores produzem textos - que, por sua vez, não refletiriam nenhuma outra realidade que não a si mesmos. Desta maneira, a escrita histórica e o texto original ao qual esta escrita se refere consistiriam em duas “realidades” distintas, e cada geração de historiadores produziria significados distintos acerca de um mesmo texto, que teriam muito pouco a ver com “o que aconteceu de fato”.

Tanto a “Crise Hermenêutica” quanto a “Virada Linguística” apontarão para o chamado “Fim da História”. No entanto, a Escrita Histórica continua. As ideias relacionadas ao “Fim da História” produziram grande debate historiográfico, e um dos resultados é o surgimento de várias formas de se escrever a História.

Ainda que o historiador venha a discordar do Fim da História, o estado atual de discussão da disciplina aponta para a necessidade de uma reflexão séria por parte do historiador sobre o seu trabalho, sua produção e seu próprio ponto de partida. Um dos pontos fundamentais em tal reflexão é a fronteira rígida entre “Mito” e “História”, e uma reavaliação do conceito de “verdade histórica”.

Os paradigmas arqueológicos

No século XX a Arqueologia atinge um status de disciplina acadêmica, gradualmente desenvolvendo um escopo próprio teórico-metodológico que a diferenciara de outras ciências humanas, garantindo-lhe um status de ciência própria, não meramente auxiliar da História. Serão desenvolvidas três correntes principais no pensamento arqueológico ocidental.

Arqueologia Histórico-Cultural

A Arqueologia, a despeito de ter sido rotulada em diversos campos do saber como campo do conhecimento subordinado e “ciência auxiliar”, possui escopo específico de atuação e um histórico de discussão e escolas teóricas que interferem fortemente na forma de conhecimento por ela gerado.

A forma de arqueologia mais praticada e difundida, seja academicamente ou por meio de divulgação científica, é a arqueologia histórico-cultural. A despeito das mudanças nos meios acadêmicos, é comum encontrar-se ainda muitos trabalhos efetuados em moldes histórico-culturais.

Tal forma de arqueologia encontra-se bastante vinculada com a História, e teve seu período áureo no século XX, em particular na Europa. A existência da tecnologia da escrita por um grande período na maior parte das culturas europeias propiciou contextos nos quais a comparação entre as fontes escritas e a Cultura Material seria a forma mais comum de estudo do passado.

A Arqueologia Histórico-Cultural apresenta grande ênfase na descrição dos artefatos e no enquadramento dos mesmos em tipologias e séries. De fato, como primeira forma arqueológica propriamente científica, muito da metodologia de campo desenvolveu-se neste estágio da disciplina.

Com a arqueologia histórico-cultural desenvolveu-se a prática de associar um tipo de manifestação material recorrente como o indicativo definidor da cultura. “Cultura”, aqui, é entendida de uma forma normativa e descritiva. Uma forma material específica é associada com um grupo étnico específico, normalmente definido segundo a ótica do pesquisador. Desta forma, desenvolveram-se associações e determinações como, por exemplo, a associação da chamada “Cultura arqueológica Lusatiana” com os antigos povos de linguagem céltica.

A continuidade temporal entre as Culturas europeias também acabou por fomentar outras características de influência na interpretação histórico-cultural. A explicação da mudança cultural, fator-chave de diferenciação entre as correntes arqueológicas, será dada por meio de termos como “migração”, “invasão” e “difusão”. A forma primária de se explicar mudança na Cultura Material segundo esta perspectiva é a influência externa.

Desta forma, é comum notar-se em livros didáticos mapas contendo setas indicando migrações de povos, e áreas hachuradas nas quais se identifica a recorrência de determinadas formas associadas de Cultura Material a determinada etnia. Esta matriz explicativa é característica do pensamento histórico cultural.

No campo da Arqueologia Bíblica, é em moldes Histórico-Culturais que foram desenvolvidos trabalhos clássicos como os de Allbright e Bright, com seus procedimentos característicos como a identificação de numerosos sítios arqueológicos segundo locais descritos e nomeados na Bíblia e a explicação constante do registro arqueológico de acordo com as fontes escritas.

Arqueologia Processualista (“New archaeology”) e os “Minimalistas”

Nas décadas de 1960 e 1970 desenvolveu-se uma forma diversa de se pensar a Arqueologia, em particular na Academia Norte-Americana, ainda que o Processualismo tenha encontrado muito campo nas Ilhas Britânicas.

Esta nova forma de Arqueologia apresentava uma insatisfação em relação ao que era praticado anteriormente. Não se trata inicialmente de um movimento organizado e monolítico. Seu surgimento na América do Norte trará características oriundas diretamente da forma arqueológica praticada localmente.

Diferentemente da Europa, a tradição europeia na América é recente. Ao estudar o passado mais antigo, o branco de origem europeia vai acabar por estudar o *outro*, e não seu ancestral ou antepassado.

Esta conjuntura soma-se à busca de formas mais propriamente científicas e menos subjetivas de explicação do registro arqueológico. Os arqueólogos buscarão na Antropologia, nas Ciências Sociais e no Funcionalismo as fontes de inspiração teórica. Surgirá, inclusive, a máxima de Binford: “A Arqueologia ou é Antropologia, ou não é nada”.

A Antropologia assumirá, desta forma, o papel dado à História até então. O uso das fontes escritas e da tradição histórica (quando existirem no contexto estudado) não mais será considerado como elemento adequado para a explicação do registro material. Em substituição, serão buscadas leis gerais, de caráter universal, sobre o comportamento humano. Haverá uma preocupação com a explicação da mudança cultural, que dar-se-á com o uso de conceitos evolucionistas e por meio de processos.

Temas como “etnicidade” e “religião” perderão grandemente seu espaço, dando lugar à “mudança” e “processos” sociais e econômicos.

Os arqueólogos processualistas irão, desta forma, buscar e acreditar na possibilidade de se atingir um estado neutro, científico, desenvolvendo cientificismo exacerbado e uma forma própria de neo-positivismo quase que ingênuo. Sua abordagem das temáticas antropológicas envolvendo Evolução e Ecologia Cultural são, nas palavras de Ian Hodder, “estreitas” (HODDER, 2001: 02).

A explicação de mudança, dada por meio de migrações, invasões e difusão sob o ponto de vista histórico-cultural, agora será dada por meio de processos evolutivos locais. Os principais articuladores da Arqueologia Processualista foram Lewis Binford nos EUA, e Colin Renfrew, na Inglaterra. Renfrew, entretanto, consciente das crescentes limitações do Processualismo, viria a propor tentativas de acomodação entre o Processualismo e o posterior Pós-Processualismo no que ele chamaria de “Arqueologia Cognitiva” (HODDER, 2001: 03).

O pensamento processualista teve influência decisiva no desenvolvimento da escola minimalista e na interpretação arqueológica mais recente na Arqueologia Siro-Palestina, ou Bíblica. Paul Lemche foi um dos principais intermediários entre a *New Archaeology* e a Escola de Copenhague, ainda que tais conexões não sejam realçadas. Tal conexão deu-se principalmente com seu interesse na Antropologia Norte-Americana (MOOREY, 1991: 156).

A chamada “nova geração” de arqueólogos em Israel teria uma abordagem de campo diferente em relação à das gerações de Kenyon e Albright, cada vez mais ligada aos procedimentos de campo anglo-americanos. A principal técnica que passou a proliferar foi a de prospecções de superfície. Desta forma, um número muito grande de sítios passou a ser identificado, dando noções mais completas de padrões de assentamento.

Se por um lado esta conjuntura trouxe uma dimensão revigorante à Arqueologia na Palestina, há de se notar que o número de sítios escavados de fato e em profundidade ainda é pequeno (MOOREY, 1991, p. 157), e o intervalo entre estudos mais detalhados e a publicação dos achados é grande, o que gera um descompasso entre o mapeamento de sítios e uma análise mais detalhada do mesmo (MAZAR, 2003, p. 51). O suposto cientificismo e objetividade processualista pode conduzir o pesquisador a outras modalidades de subjetividade, bem como a uma concentração das informações e do conhecimento em poucos indivíduos, com o conseqüente pouco debate e crítica de um contexto acadêmico mais amplo.

Há de se notar que a desconsideração pelas fontes escritas e ênfase na criação de leis generalizantes, estudos de processos, assentamentos e evoluções locais são temas recorrentes tanto na Arqueologia Processualista quanto no Minimalismo em Israel.

No caso da Arqueologia Bíblica, a fonte escrita em questão é o próprio texto bíblico. Há um contraste marcado com a Arqueologia Bíblica de Albright e Wright de moldes histórico-culturais, que conferia historicidade a personagens como os Patriarcas e o rei Davi.

O minimalismo alegará que o que é histórico sobre Israel somente pode ser encontrado nos vestígios arqueológicos. O Antigo Testamento seria uma criação tardia, coletânea de diversos relatos agrupados segundo ideologias do período da reforma de Josias (séc. VII a.C.) ou mesmo posterior ao cativo Babilônico (séc. VI a.C.). Não haveria, portanto, veracidade nos relatos sobre os Patriarcas, sobre as tribos de Israel e os reinados de Davi e Salomão, etc.

Como já afirmado anteriormente, expoentes importantes do pensamento “minimalista” (o uso do termo esconde diferenças, e foi usado apenas pelos detratores do movimento) foram Thomas Thompson, Keith Whitelam, Niels Peter Lemche e Philip Davies, ligados à chamada “Escola de Copenhague”.

3.3 Arqueologias Pós-Processualistas

Nas décadas de 80 e 90 desenvolveu-se outra forma de pensar, insatisfeita com os rumos do Processualismo. Ainda que seja amiúde referida como algo unificado, a Arqueologia passou por tantas correntes multifacetadas e esfaceladas que é mais correto referir-se ao seu estado contemporâneo como “arqueologias pós-processualistas”.

Os pós-processualismos respondem em grande parte à uma crítica feita à forma processualista de pensamento arqueológico, mas é notório que seus parâmetros coadunam-se muito bem com a pós-modernidade, em detrimento de uma modernidade positivista-processualista.

O pós-processualista repensa os conceitos definidos tradicionalmente, relativiza parâmetros dados como certos e científicos. Desconfia do conceito de ciência e da neutralidade; antes, coloca em relevância o papel do observador na criação e produção de conhecimento, deixando evidente a impossibilidade de uma neutralidade científica absoluta.

A crítica e a teoria assumem papéis importantes. Os referenciais teóricos, entretanto, serão múltiplos, incluindo desde teorias feministas até à filosofia de Foucault. A História retoma seu papel de destaque, e a fonte escrita novamente será levada em consideração, quando disponível. Temáticas de religião e etnicidade voltarão ao centro do interesse de novas pesquisas.

Nesta abordagem, entretanto, o pesquisador procura, tendo consciência da subjetividade inerente do pesquisador, maximizar o seu aparato crítico e teórico na análise das fontes.

Grandes expoentes desta forma de pensamento foram Ian Hoder e Michael Shanks.

Em busca das objetividades

Miller II (2011) afirma que tanto minimalistas quanto maximalistas tem como objetivo final a “Objetividade Rankeana”, desconsiderando, desta forma, uma “terceira forma” de se fazer a história. Aqui, Miller e Barstad vão concordar e defender que se troque a intenção e discussão sobre “historicidade” e “fato” para “probabilidade” e “possibilidade” (BARSTAD, 1997: 45).

Quanto ao próprio conceito de “objetividade”, entretanto, há muito frequentemente uma indefinição normalmente não mencionada nos estudos históricos - tampouco estudos relacionados à História de Israel.

Allan Megill, num ponto de vista da Teoria da História, discutida em relação a conceitos e métodos na História, ao expandir o uso do termo, demonstra a existência de diversas conceituações de objetividade, e propõe o uso de quatro formas diversas (MEGILL, 2007, p. 113ss), adotadas e aplicadas por Miller em relação à construção de Histórias de Israel.

Os quatro sentidos de objetividade sintetizados por Megill, que por vezes entrelaçam-se e não são mutuamente exclusivos, seriam o sentido *absoluto*, sentido *disciplinar*, sentido *dialético* (ou interacional) e o sentido *procedural*.

A *objetividade absoluta* é aquela que, para o historiador, mais se aproxima dos ideais Rankeanos de descobrir “o que de fato aconteceu”. É uma objetividade que pretende possuir uma perspectiva “aperspectiva”, totalmente neutra, impessoal e que exclui toda e qualquer subjetividade.

A *objetividade disciplinar* considera o consenso no campo da disciplina em estudo o parâmetro de mensuração objetivo. Valoriza igualmente a impessoalidade, e é hostil a conceitos e o que Megill chama de “originalidade” que extrapolem o paradigma canonizado do campo do conhecimento em questão. Procuraria “conter” a subjetividade, aceitando aquela intrínseca ao próprio campo de estudo (MEGILL, 2007, p. 114).

Esta objetividade em particular pode ser identificada no uso demasiado feito pelos minimalistas do conhecimento arqueológico como fornecedor de conhecimento objetivo. O próprio William Dever reconhecia que os minimalistas estavam fora de sua própria disciplina ao dar tamanha ênfase e peso à evidência arqueológica (DEVER, 2002, p. 90; 207). Centralidade que, como já afirmamos anteriormente, apela para uma espécie de nova “tradição”, um novo “cânon”, aqui representado pelo conhecimento arqueológico adequado a determinados padrões.

No caso minimalista, o arqueólogo que terá a palavra final, canonizada na matéria de interpretação minimalista é Israel Finkelstein, autor de “The Bible Unearthed”, traduzida provocativamente no Brasil como “E a Bíblia não tinha razão”². É evidente o grau enorme de subjetividade de tal forma do conhecimento, já que tal objetividade seria, em última instância, nada mais que um produto de “insegurança epistemológica” (MEGILL, 2007, p. 118ss), e cria uma forma de objetividade autoritativa, baseada em critérios muito particulares, definidos em um campo específico do conhecimento – portanto, naturalmente dados à subjetividade e não necessariamente aplicáveis a outras áreas.

A objetividade *dialética* envolveria o conhecimento especializado do pesquisador na área ou objeto em questão. Intenciona interagir com o objeto em questão, “dialogar” com o mesmo, tentando transformar a subjetividade inerente ao mesmo em força produtiva, no sentido “positivo” do termo. É, de certa forma, a objetividade empregada nas novas escolas históricas, e mes-

mo na Nova História Cultural e na Escola dos Annales, que levam em conta a subjetividade das fontes, fazendo “perguntas” às mesmas.

Para Miller II (2011), esta forma de objetividade tem sido almejada por historiadores do espectro maximalista da questão, como Provan, Long e Longman, que afirmariam que compartilhar a visão de História dos profetas, por exemplo, seria o melhor procedimento em prol do desenvolvimento do conhecimento sobre o contexto. Miller apresenta a crítica que esta forma histórica construiria o que Dever chamou de “paráfrases racionais da Bíblia Hebraica” (DEVER, 2006, p. 224), ao considerar o texto “inocente até que provado ao contrário”.

Por fim, uma quarta forma de objetividade é o que Megill (MEGILL, 2007, p. 114) chama de Objetividade *Procedural*. Tal forma valoriza procedimentos totalmente imparciais, repetição de experimentos, e busca excluir toda forma possível de subjetividade, através do ato de evitar toda fonte possível de erros. É uma forma de objetividade quase que negativa em sua natureza.

Conquanto tal forma metodológica tenha aplicação específica no campo das ciências duras, seu emprego nas ciências humanas é particularmente complexo. O discurso de “procedimentos controlados” e “totalmente imparciais” assemelha-se muito aos interesses da objetividade absoluta, rankeana, mas mais ainda a metodologias das ciências exatas.

Tal forma de objetividade é almejada por Thomas Thompson em sua insistência no conceito de Historicidade, como veremos mais adiante, mas também é compartilhada por outros minimalistas como Whitelam. O procedimento padrão nestas tentativas é a ênfase minimalista ao registro arqueológico e a desconsideração do texto escrito que geraram seu próprio apelido. A forma negativa de tal objetividade assume aqui contornos de exclusão de informação, na tentativa de neutralidade.

Como já afirmado, as formas e tentativas de objetividade mesclam-se e invadem seus domínios próprios. Estas próprias conceituações, sendo produtos de elaboração humana, não podem ser consideradas como “dados brutos” na natureza, fatos absolutos e totalmente existentes por si só. Entretanto, dão conta de forma bastante adequada das discussões envolvidas na construção dos diversos campos do conhecimento, em particular histórico, e em nosso contexto específico, no campo da História de Israel.

O paradigma histórico de Thompson

Tentaremos a seguir efetuar uma análise de um paradigma histórico coerente em Thompson. A tarefa não é simples e banal, e não desejamos efetuar-la enquanto juízo de valor. Como afirmado acima na discussão referente à objetividade, algumas das questões básicas, e mesmo a forma de respondê-las que Thompson e os minimalistas empregam, não diferem essencialmente de muitos de seus opositores.

Thompson, frente aos problemas da historicidade, ao resolver questões tradicionalmente ligadas a visões e questões de cunho mais positivistas e modernas - tais quais “o que de fato ocorreu?” – acaba por transitar entre extremos:

Eu tenho argumentado que a busca pelas origens não é uma busca histórica, mas uma questão teológica e literária, uma questão sobre significado. Dar a ela uma forma histórica é atribuir-lhe nossa própria busca por significado. O academicismo bíblico costumava acreditar que nós podemos compreender a Bíblia apenas se voltarmos às suas origens. A questão sobre as origens, entretanto, não é uma questão que possa ser respondida. Não apenas o “Israel” da Bíblia é uma ficção literária, mas a Bíblia começa com uma tradição já estabelecida: uma corrente de histórias, canções e reflexões filosóficas: coletadas, discutidas e debatidas. Nossas fontes não começam. Elas já estão *in media res*. Nós podemos dizer com considerável confiança que a Bíblia é a história de ninguém (Grifo do autor. Tradução nossa).³

Aqui temos um exemplo de discurso no qual o autor transita entre um equacionamento entre “História” e “Verdade” ao mesmo tempo que, na tentativa de uma máxima objetividade procedural, nega a possibilidade de obtenção ou construção de conhecimento pela mesma História. Simultaneamente, temos a definição do cabedal básico terminológico do autor: história (*history*), ficção (*fiction*), história (“story”). Vejamos de forma mais detalhada tais procedimentos.

“*Wie es eigentlich gewesen?*” versus “não podemos responder a esta questão”

Uma primeira questão que deve ser levantada é a equalização frequente que Thompson efetua entre “história” e “verdade”. Ou, em termos menos carregados, entre “história” e “o que de fato aconteceu”. Esta equivalência de significados não está explicitada verbalmente; nós efetuamos sua correlação. Entretanto, ela é nítida na construção de enunciados pelo autor.

A obra paradigmática de Thompson, *The historicity of the patriarchal narratives*, já em seu título emprega o termo *historicity*, o que é bastante sugestivo. Entretanto, focaremos mais nossa análise em *The Mythic Past: Biblical Archaeology and the Myth of Israel*, por incluir de forma proeminente a temática da Arqueologia e trazer possibilidades mais amplas de análise, com o emprego constante do termo *Myth*, bem como por ser mais recente, posterior às obras mais controversas do mesmo e, por tal circunstância, trazendo escritos já mais amadurecidos e testados do autor. Desafortunadamente, uma análise de todas as obras faz-se impossível, tanto por questões de tempo quanto de espaço.

O capítulo 3 de *The Mythic Past*, intitulado *How the Bible talks about the past*, se inicia com a seção 1. *Stories and their references to an historical world*. O que se encontra implícito neste enunciado é a já velha dualidade entre “estória” e “história”, que se reflete no uso frequente do uso dos termos “facto” e “ficção”, “mito” e “história”.

O primeiro parágrafo do capítulo exemplifica bem o conceito:

No último capítulo, um número de narrativas bíblicas foi discutido que não são obviamente relatos de um passado histórico, apesar de serem histórias centrais em livros dos quais acadêmicos frequentemente falam como históricos⁴. (tradução nossa)

E não é necessário seguir muito adiante na leitura para se conscientizar de como esta terminologia impregna o texto. O parágrafo seguinte dirá:

Questionar se as narrativas bíblicas possuem outros motivos e propósitos além dos históricos é útil, mas nos leva muito longe e ajuda apenas nas narrativas que são claramente fictícias. O assunto é mais complicado que formular questão sobre se o ferro da estória flutuou na água. Nem todas as histórias da Bíblia são obviamente ficcionais.⁵ (tradução nossa)

É evidente que, para Thompson, o que distancia “estória” (*story*) de “história” (*history*) é a dualidade positivista entre o que aconteceu e o que não aconteceu, entre “mito” e “história”.

Sua resposta à esta questão, já mencionada anteriormente, é a seguinte: *The question about origins, however, is not an answerable one. (XV)*.

Entretanto, Thompson não abandona a busca pelo que “de fato ocorreu”. Apenas transfere a responsabilidade de respondê-la para outro campo do conhecimento. A saber, a Arqueologia. De uma abordagem que desprovê por completo a História de um campo do saber que pode produzir significado, Thompson pula para a Arqueologia, adotando procedimentos de busca de objetividade disciplinar e procedural.

A objetividade disciplinar e procedural e a dependência de uma Arqueologia não-referenciada

Como já afirmado anteriormente, a dependência exacerbada minimalista da Arqueologia é contrastada pela ausência de formação arqueológica entre os seus expositores. Thompson, em particular, emprega em demasia informações arqueológicas. De forma peculiar, entretanto. A despeito de sua falta de formação em Arqueologia e seu uso constante da mesma, suas argumentações que dela se utilizam não apresentam referências, fontes, autores, bibliografias ou relatos de escavação.

A objetividade em Thompson é peculiar. É alegadamente procedural, baseada na negação e exclusão de informações que o autor não considera verdadeiras ou mesmo “plausíveis”⁶. O que define o descarte ou manutenção das “evidências” é o critério de historicidade:

Isto é, a questão da historicidade é uma ferramenta que é usada para lançar dúvidas nas fontes de alguém, para testá-las. Ela protege o historiador de enganos óbvios, ao eliminar fontes de evidências potenciais mas enganadoras. Nosso acesso a eventos singulares ou registros de testemunhas oculares no mundo antigo da Bíblia é praticamente nulo, mas – dados os milhares de anos de transmissão envolvidos e nossa grande ignorância da maior parte do passado antigo – os únicos eventos e relatos que podem ser desconsiderados como implausíveis ou impossíveis são aqueles que são miraculosos ou demonstráveis impossíveis por outros meios⁷. (tradução nossa)

O uso do termo “implausível” não implica na “terceira via” metodológica que escape da dualidade minimalista-maximalista. Antes, é mais uma derivação e reforço ao uso que Thompson dá às ideias de prova, fato, evidência – novamente, um reforço à noção de historicidade positiva.

Eliminado o que aparenta ser “implausível”, entretanto, os procedimentos empregados por Thompson para produção de conhecimento que supra as lacunas deixadas não é de todo coerente com sua suposta objetividade. Voltamos ao uso que o mesmo faz da Arqueologia, e que define sua metodologia como necessariamente de objetividade disciplinar.

A formulação teórica fundamentada na Arqueologia não apresenta em Thompson todos os pré-requisitos aguardados que referenciem e validem as informações arqueológicas apresentadas pelo mesmo como tão fundamentais para a construção de uma história que chegue mais perto de “o que de fato ocorreu”. Não são fornecidas referências bibliográficas, notas de qualquer espécie, citação de autores, arqueólogos e escavadores, como seria de se esperar de um método arqueológico objetivo e coerente disciplinarmente. As únicas referências fornecidas pelo autor em todo “*The Mythic Past*” são citações bíblicas, nas partes da obra em que o mesmo emprega partes do texto bíblico.

Desta forma, falta a própria referência a um cânon ou consenso disciplinar arqueológico, que é substituído por informações canônicas dadas pelo próprio Thompson sem maior validação acadêmica.

A parte II de *The Mythic Past*, intitulada *How Historians create a Past*, e que contém os capítulos 5 a 9 da obra, emprega muito pouco algum método de fato histórico, ao menos em sua parte inicial.

O capítulo 5 (*Beginnings*), em particular, possui as seguintes subdivisões: “1. Genesis: 1,400,000-6000 BCE”; “2. *An African Eden*: c. 7000-6000 BCE”; “3. *Paradise Lost*: c. 6500-4500 BCE”; “4. *A Mediterranean economy*: c. 6000-4000 BCE”; “5. *A heartland of villages*: c.3500-2400 BCE”; “6. *Of towns and trade*”.

O quadro total óbvio de referência empregado é o propiciado pela Arqueologia Pré-Histórica. A despeito do título “*Beginnings*”, a inclusão de tal parte em um agrupamento maior da obra intitulado “*How Historians create a Past*” não deixa de ser uma espécie de contrassenso, e não diz definitivamente nada acerca do método histórico, ainda que dê-nos indícios do método “histórico” próprio de Thompson.

De fato, todo o desenvolvimento do capítulo é efetuado com a recorrência ao “cânon” arqueológico, procedimento evidente para periodizações temporais sem a existência das fontes primárias “tradicionais” (i.e., escritas) do historiador. A objetividade aqui, portanto, é clara e inequivocadamente disciplinar.

A natureza de tais capítulos é totalmente descritiva, de forma a se referenciar uma realidade milenar dada. Mas não há referência a autores, escavações, controvérsias sobre datações, pouca referência a dissensões e discordâncias acadêmicas (i.e, pp. 108s, ao tratar sobre as migrações amoritas).

Novo paradigma ou novo positivismo?

Tais características, discutidas brevemente, encontram-se no transcorrer do restante de *“The Mythic Past”*, com variações de acordo com a temporalidade discutida. O ápice da conclusão de Thompson encontra-se na parte 4 do capítulo 4, *“A collapsing paradigma: the Bible as history”*, no qual reafirma sua diferenciação absoluta entre “história” e “estória”, e efetua uma compartimentação entre as diversas formas de construção de conhecimento histórico.

Desta forma, temos um desenvolvimento da obra que é iniciado na Parte I com a ênfase no conceito de História do autor, compartimentado, dualista, empiricista e positivista. Nas partes II e III da obra, esta compartimentação será desenvolvida com o relato do que Thompson considera “história verdadeira”, baseada num conhecimento canônico arqueológico auto-referenciado (na parte II) discutido acima, seguido de, na parte III, a compartimentação final entre os mundos da Bíblia enquanto “histórico” (capítulo 10), “literário” (Capítulo 11), “Teológico” (Capítulos 12, 13 e 14) e, por final, “intelectual” (Capítulo 15).

Em suma, é difícil considerar o que Thompson coloca como “novo paradigma” como algo realmente novo. Seu conceito de história, como já demonstrado, é moderno, positivista. Sua metodologia e sua busca pela objetividade são de cunho positivista. A adoção de paradigmas arqueológicos é oriunda do processualismo.

Em suma, as adoções teóricas e metodológicas de Thompson não apresentam novidade. Suas interpretações e conclusões sobre o texto bíblico, sim, apresentam modificações consideráveis em relação à maior parte da produção acadêmica bíblica. Entretanto, ao discutir com o espectro maximalista da questão, é de se notar que Thompson não apresenta novidade metodológica, histórica propriamente dita, nenhuma. Para Barstad, Thompson e Lemche seriam os “primeiros dos últimos modernistas”⁸, exemplares da crise sofrida pelos paradigmas históricos recentes (BARSTAD, 1997: 52).

Podemos sumarizar a questão com a citação do mesmo Barstad:

Acadêmicos como Lemche e Thompson têm sido ávidos em usar o conceito de “mudança de paradigma” de suas próprias contribuições à historiografia bíblica. Isto, entretanto, está longe de ser uma descrição adequada de o que realmente está acontecendo. Lemche e Thompson, aparentemente desavisados do fato de que o que nós podemos chamar de um conceito convencional de história hoje é altamente problemático, ainda trabalham dentro dos parâmetros da pesquisa histórico-crítica, assumindo que a história é uma ciência e que deve lidar com fatos ‘duros’⁹. (tradução nossa)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que, dada a análise da metodologia histórica e dos conceitos de História apresentados por Thomas Thompson, sua alegação de um “novo paradigma” no campo dos estudos bíblicos não se sustenta. Antes, Thompson deve ser considerado como um autor que tipifica a crise no paradigma histórico contemporâneo advinda da pós-modernidade, da mesma forma que a corrente minimalista nos estudos bíblicos.

Seus métodos e conceitos se enquadram em formas positivistas, tanto no campo da História, quanto da Arqueologia. Sua busca é pela “Verdade”, pelo que “de fato ocorreu”. Desta constatação, deriva outra conclusão mais incômoda aos debatedores, que é a similaridade inequívoca de procedimentos e conceitos históricos entre os minimalistas com seus oponentes maximalistas.

A verdadeira oposição metodológica e conceitual a ser encontrada é entre os historiadores e arqueólogos pós-modernistas e os debatedores da controvérsia minimalista-maximalista (seja de qual lado encontrem-se no debate), em particular nos próprios usos e conceitos de história envolvidos.

Por fim, há de se ressaltar que o próprio uso do termo “Novo paradigma histórico” possui validade limitada. A transição entre paradigmas faz com que o uso do termo seja de extrema limitação, pouco significado de fato, e de uso quase sempre indevido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARÓSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006 [1995].
- BARSTAD, Hans. History and the Hebrew Bible: Can a History of Israel Be Written? In: GRABBE, L. L. Grabbe (ed.) Journal for the Study of the Old Testament Supplement Series 245. European Seminar in Historical Methodology 1. Sheffield, 1997. pp. 37-64.
- BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997 [1990].
- _____. O que é História Cultural? 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 [2004].
- DEVER, William G. What did the biblical writers know and when did they know it? Grand Rapids: Eerdmans, 2002.
- _____. Who were the early Israelites and where did they come from? Grand Rapids: Eerdmans, 2006.
- FINKELSTEIN, Israel & SILBERMAN, Neil Asher. E a Bíblia não tinha razão. São Paulo: A Girafa, 2003.
- HODDER, Ian (ed). Archaeological Theory today. Cambridge: Polity Press, 2001.
- MAZAR, Amihai. A arqueologia na terra da Bíblia (10.000-586 a.C.). São Paulo: Paulinas, 2003[1990].
- MEGILL, Allan. Historical Knowledge, Historical Error: A Contemporary Guide to Practice. Chicago: At the University Press, 2007.
- MILLER II, Robert. Once More: Minimalism, Maximalism, and Objectivity. 2011. Obtido em: <<http://www.bibleinterp.com/opeds/miller358004.shtml>>. Último acesso em 15/10/2014.
- MOOREY, Peter Roger Stuart. A century of Biblical Archaeology. Cambridge: Lutherworth Press, 1991.
- THOMPSON, Thomas. The Mythic Past: Biblical Archaeology and the Myth of Israel. London: Basic Books, 1999.
- TRIGGER, Bruce. História do Pensamento Arqueológico. São Paulo: Odisseus, 2004 [1996].

¹ Professor de História Medieval na Universidade Federal de Ouro Preto, História da Igreja na Faculdade Teológica Batista de São Paulo e no Seminário Teológico Batista Nacional Enéas Tognini.

² A despeito da relevância historiográfica, não discutiremos aqui os paradigmas e metodologias de Langlois e Seignobos. Nosso interesse, antes de uma história completa da historiografia, foca-se na escola positivista alemã que desembocaria em conceitos de historicismo e historicidade e que, como argumentaremos mais adiante, possui influência particular na obra de Thomas Thompson.

³ Referência completa em português: FINKELSTEIN, Israel & SILBERMAN, Neil Asher. *E a Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa, 2003.

⁴ "I have argued that the quest for origins is not an historical quest but a theological and literary question, a question about meaning. To give it an historical form is to attribute to it our own search for meaning. Biblical scholarship used to believe that we might understand the Bible if we could only get back to its origins. The question about origins, however, is not an answerable one. Not only is the Bible's 'Israel' a literary fiction, but the Bible begins as a tradition already established: a stream of stories, song and philosophical reflection: collected, discussed and debated. Our sources do not begin. They lie already *in medias res*. We can say now with considerable confidence that the Bible is not a history of anyone's past". In: THOMPSON. *The Mythic Past*, p.XV. (Grito do autor)

⁵ "In the last chapter, a number of biblical narratives were discussed that obviously not accounts of an historical past, though they were central stories in books that scholars often speak of as historical". In: THOMPSON, p.62.

⁶ "Asking whether biblical narratives have other motives and purpose than historical ones is useful, but it only takes us so far, and only helps us with those narratives that are most clearly fictive. The issue is more complicated than asking questions about whether the story's iron floats on water. Not all of the Bible's stories are obviously fictional". In: THOMPSON, p.62.

⁷ THOMPSON, p. 229.

⁸ "That is, the question of historicity is a tool that is used to cast doubt on one's sources, to test them. It protects the historian from obvious mistakes by eliminating potential, but misleading, sources of evidence. Our access to singular events or eye-witness accounts in the ancient world of the Bible is almost nil, but – given the thousands of years of transmission involved and our great ignorance of most of the ancient past – the only events and accounts that can be dismissed as implausible or impossible are those that are miraculous or otherwise demonstrably impossible." In: THOMPSON, p. 229.

⁹ "(...) the first of the last modernists".

¹⁰ "Scholars like Lemche and Thompson have been eager to use the concept 'paradigm shift' of their own contributions to biblical historiography. This, however, is far from being an adequate description of what is really going on. Lemche and Thompson, apparently unaware of the fact that what we may call a conventional concept of history today is highly problematic, still work within the parameters of historical critical research, assuming that history is a science and that one must work with 'hard' facts" (BARSTAD, 2007: 51).